

# TRAUMA DO DOMINADO E DISCURSO DA RAZÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Debata sobre o filme de Gillo Pontecorvo, “A Batalha de Argel” (1966), no ciclo sobre o trauma, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise. São Paulo, Cinemateca Brasileira, 26 de junho de 2005. *Valor, Eu & Fim de Semana*, 12.8.2005.

**O que vemos em “A Batalha de Argel” é um povo que, sob o impacto do trauma da dominação estrangeira, reage de maneira admirável.**

Dois tipos de lutas caracterizam o mundo moderno: as lutas sociais e as lutas nacionais. Porque as lutas sociais estão presentes em qualquer sociedade, e porque o movimento socialista se organizou a partir delas, somos tentados a acreditar que estas lutas são mais importantes do que as lutas por libertação nacional. Entretanto, se considerarmos a violência que as envolvem, as lutas nacionais são um fator de mudança igualmente significativo. As lutas sociais implicam uma divisão da sociedade porque são lutas dos pobres contra os ricos, enquanto as lutas nacionais são contra o invasor, contra o colonizador, pressupondo um razoável grau de solidariedade ou de união nacional.

Nas lutas sociais, os atores principais são os ricos, os pobres, e os associados; nas lutas nacionais, os dominadores, os insurgentes, e os colaboracionistas. Em alguns momentos, essas categorias de atores aparecem com toda a nitidez, especialmente no caso das lutas nacionais. Embora essa dominação possa ser também violenta nas lutas sociais, especialmente quando as diferenças de riqueza e renda são radicais, a existência de uma classe média amortece o conflito. Já nas lutas nacionais, não existe esse fator de equilíbrio ou de moderação, desde que a diferença entre o colonizador e o colonizado esteja clara.

Em “A Batalha de Argel” (1966), de Gillo Pontecorvo, a luta nacional é tão violenta e traumática que não há sequer colaboracionistas. Certamente existiram, especialmente nos primeiros anos da revolução nacional, mas aos poucos foram

desaparecendo, e o que vemos nessa obra-prima de filme político é uma nação solidária na luta pela independência. Isto era então possível porque havia uma potência imperial claramente definida, a França, e um povo buscando sua libertação. Ali, os franceses faziam seu papel de conservar o poder, e os argelinos o de buscar a liberdade. Os colaboracionistas que eventualmente existiram foram considerados traidores da pátria, da mesma maneira que aconteceu com os colaboracionistas da república de Vichy, durante a Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo argelino, visando formar seu próprio estado-nação, foi vitorioso e afinal se identificou com a justiça.

Como comparar o quadro de luta nacional, que vemos com toda a sua força em “A Batalha de Argel”, com as luta dos insurgentes iraquianos no presente, ou com a atual falta de luta dos brasileiros e latino-americanos pela autonomia nacional? Nos três casos, existe uma potência imperial e povos dominados, mas a dominação é menos clara no Iraque do que era na Argélia, e ainda menos clara na América Latina, apesar de sua reconhecida dependência. Por isso, enquanto os colaboracionistas são traidores na Argélia, no caso da dominação sobre a América Latina não se pode falar em colaboracionistas, não porque não existam, mas porque, de um lado, o termo seria forte demais, de outro, porque se aplicaria a um número grande de pessoas. Quando a situação de dependência não é perfeitamente clara, o discurso dominante torna-se mais convincente, torna-se o discurso da razão, e a consciência nacional tende a perder força.

No caso da Argélia, a independência ocorreu quando o discurso clássico dos impérios perdeu a credibilidade necessária. De acordo com esse discurso, a França não dominava o povo argelino, apenas o beneficiava. Garantia a ordem, a justiça, a educação e a saúde pública. Era definitivamente um poder benevolente, como seus representantes na Argélia diziam e repetiam, indignados com a existência em Paris de “Sartres sempre do outro lado”. Por outro lado, também insistiam que o êxito da insurreição era impossível, e já estava de antemão derrotada. A França e o povo argelino estavam juntos. Como diz o coronel pára-quedista Mathieu, que usa de todos os meios para anular a insurgência nacional, inclusive o da tortura: “Há 80.000 árabes na Casbah. São contra nós? Nós sabemos que não são. Na verdade, só uma pequena minoria domina com terror e violência”.

O caso do Iraque, hoje, é semelhante ao da Argélia nos anos 50. O terrorismo da parte do dominado e do dominador é o mesmo; a tortura é a mesma; o discurso americano

é muito semelhante. A diferença principal é que na Argélia havia 1 milhão de colonos franceses. Além disso, como a potência hegemônica sabe que o tempo do colonialismo direto acabou, oferece independência e democracia formais ao país, e encontra, entre aqueles que eram esmagados pelo regime autoritário anterior, quem esteja disposto a colaborar. É pouco provável, porém, que essa estratégia seja suficiente para neutralizar a insurgência nacionalista. A resistência dos sunitas continua forte, o número de baixas americanas não para de crescer. Cada vez mais os americanos se perguntam se não estão diante de um novo Vietnã, se não serão novamente obrigados a reconhecer a derrota diante de uma revolução nacional.

Já no Brasil, somos um país independente desde 1822. Nesses termos, de acordo com o argumento dominante, não haveria semelhanças com as lutas da Argélia ou do Iraque. Nem haveria razão para se falar em nacionalismo, que só se justificaria quando se trata de formar um estado-nação – tarefa que entre nós já teríamos realizado. É verdade, continua o argumento, que os Estados Unidos são a potência hegemônica, mas isto não significa que seu poder cause dano, dificulte nosso desenvolvimento econômico e social: pelo contrário, só poderemos nos desenvolver com sua ajuda, com sua boa-vontade, ou, pelo menos, com sua aquiescência. O que jamais podemos fazer é nos opor a eles.

Este argumento é próprio de todas as estratégias de dominação que não se exercem pela força bruta, ou mesmo pela força econômica, mas através da dominação ideológica, do ‘soft power’, como os próprios americanos identificam seu poder. Raramente, porém, seus autores têm coragem de expressar tais idéias com toda a clareza. Esse é um tipo de argumento para ser assumido como válido tacitamente, não para ser expresso porque, se o for, sua falsidade ficará evidente.

Talvez o conceito psicanalítico do trauma que é objeto deste ciclo de debates nos ajude a pensar esse problema.<sup>1</sup> Ocorre um trauma quando alguém é submetido a uma experiência violenta e dolorosa, que nela causa efeitos profundos, e provoca reações imprevisíveis. Na maioria dos casos, a experiência é infantil e tem um elemento sexual, mas não necessariamente se constitui em uma agressão que a pessoa reconhece

---

<sup>1</sup> Este ciclo, patrocinado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise e, na parte referente à exibição de filmes, também pela Cinemateca Brasileira, é parte de um estudo iniciado após o 11 de setembro pela International Psychoanalytic Association sobre a política da

imediatamente. Pelo contrário, o que os psicanalistas nos dizem é que o trauma é muitas vezes indireto, agindo antes sobre o inconsciente do que sobre o consciente. E é quase invariavelmente um trauma do dominado, de quem é vulnerável à agressão vinda da figura dominante. O trauma, conforme observa Maria Olympia França, a partir de Freud, não se confunde com a experiência externa, o ‘traumatismo’, mas é o efeito produzido por essa ocorrência que “se impregna e se expande por toda a rede psíquica constituinte do *self*”.<sup>2</sup> Ou, conforme mostra Adela Stoppel de Gueller a partir de Lacan, o trauma está ligado ao conceito de fenda ou de cicatriz: “trauma-inconsciente-neurose-cicatriz ficam assim indissolúvelmente amarrados: como quatro tempos que não se podem isolar”.<sup>3</sup>

Podemos fazer uma analogia desse conceito psicanalítico com o da dominação imperial de um país sobre o outro? O que vemos em “A Batalha de Argel” é um povo que, sob o impacto do trauma da dominação estrangeira, reage de maneira admirável. É impressionante a reação das mulheres. Não são as mais agressivas fisicamente – nem poderiam sê-lo –, mas são as mais indignadas. E seus gritos ressoam por toda a Kasbah e tomam conta de Argel durante a revolução. O trauma a que está submetido o povo iraquiano é também claro: uma invasão, um exército de ocupação. Um trauma suficientemente poderoso para ser respondido com suicídios-bomba. A realização de eleições e a constituição de um governo local mostram como o colaboracionismo pode ser quase imposto: no limite, pela tortura; nos casos mais amenos, pelo simples temor.

**Um discurso que só aceitamos porque a razão do dominador é, ela própria, um trauma que provoca temor e reverência, e nos impede de pensar.**

Já no caso dos países que possuem seu estado nacional, e não estão sob ocupação estrangeira, o trauma do dominado não é evidente. O problema da formação do estado nacional na América Latina, da verdadeira independência desses países, não está resolvido. No caso do Brasil, a revolução nacional que, a partir dos anos 1930, procurou transferir para dentro do país os centros de decisão, foi interrompida nos anos 90. Foi

---

violência. O ciclo é preparatório do Congresso Internacional de Psicanálise, Rio de Janeiro, 28 a 30 de julho de 2005.

<sup>2</sup> Maria Olympia França, “Problematizando a Natureza Qualitativa e Quantitativa dos Estímulos Traumatizantes”. Trabalho apresentado à Sociedade Brasileira de Psicanálise. São Paulo, 8.6.2005, p. 1.

<sup>3</sup> Adela Stoppel de Gueller, “O trauma de Lacan”. Trabalho apresentado à Sociedade Brasileira de Psicanálise, 22.6.2005, p.4.

interrompida pela força da nova onda ideológica neoliberal e globalista vinda do Norte; foi interrompida pela grande crise dos anos 80 que nos enfraqueceu; foi interrompida, finalmente, pela fragilidade da sociedade brasileira, dividida entre uma esquerda e uma direita igualmente alienadas: a direita falando em dependência “necessária”, a esquerda, em dependência “inevitável”, ambas aceitando a subordinação como se esta fosse resultado de édito divino. Em conseqüência, o país voltou a se subordinar às orientações vindas de Washington e Nova York. As elites brasileiras, atemorizadas pelo poderio dos países ricos, e impressionada pela superioridade técnica e cultural do discurso hegemônico, se acomodou. Um discurso que afirma que só poderemos crescer se tivermos acesso à poupança externa, e que para obtê-la devemos competir com os demais países de desenvolvimento médio no atendimento das recomendações e pressões vindas do Norte. Um discurso que nos obriga a privatizar e desnacionalizar serviços públicos monopolistas, e o sistema bancário de varejo. Que nos faz aceitar conceitos fiscais como o de superávit primário, que só interessa aos credores do Estado, em lugar dos conceitos de déficit público e de poupança pública, essenciais para a saúde financeira de cada Estado. Um discurso que ignora que o grande problema da economia brasileira hoje é a absurda taxa de juros do Banco Central, e nos diz que essa taxa é ‘natural’, e só poderá ser baixada quando tivermos mais segurança jurídica, ou quando reduzirmos ainda mais nossa dívida pública. Embora claramente enviesado, senão falso, esse discurso é aceito pelas elites e pelos governos brasileiros, que, assim, se revelam incapazes de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento, e mantêm a economia brasileira semi-estagnada. Afinal, como assinala a França, “o trauma é a mentira, – a impenetrabilidade do acontecimento pelo sujeito que o suporta”.<sup>4</sup>

Mas, se o elemento inconsciente é importante, qual a racionalidade das estratégias de dominação? Ao contrário do que afirma a ‘teoria do imperialismo’, para serem prósperos os países ricos não dependem da exploração dos países de desenvolvimento médio e muito menos dos países pobres. A exploração existe, mas é marginal. Há espaço para todos crescerem. A teoria que explica o problema eu denomino de ‘teoria da competição’. A globalização não é o sistema no qual os estados-nação teriam perdido importância, como sugere a ideologia globalista: pelo contrário, é um sistema internacional; é um sistema caracterizado fundamentalmente pela competição, senão pela

---

<sup>4</sup> Maria Olympia França, cit., p. 5.

rivalidade entre as nações. Todos competem, e os que estão por cima temem a concorrência dos que vêm logo depois. Temem-nos duplamente: preocupam-se com sua mão-de-obra barata, e se atemorizam diante da possibilidade de esses países copiarem rapidamente a tecnologia que lhes dá a grande vantagem. E reagem com vigor a esses temores, que identificam com a defesa de seus interesses quando nem sempre o são. Reagem criando obstáculos para o desenvolvimento dos países médios, através de conselhos e pressões para que adotem políticas e instituições contrárias a seus interesses nacionais, enquanto fornecem modestíssima ajuda aos países pobres, também prejudicados por suas políticas comerciais e por seus conselhos.

Do lado dos dominados, qual a lógica que leva à aceitação dessa dominação? Ela não decorre do poder militar, já que não existe a possibilidade de o Brasil ser invadido. Nem do poderio econômico, já que está fora de discussão o país ser vítima de retaliações e bloqueios econômicos. A experiência dos países dinâmicos da Ásia, que não se subordinaram, mostra bem que esta alternativa não existe para países que seguem as regras civilizadas do sistema internacional – regras que existem porque são necessárias para os próprios países centrais. É verdade que houve a invasão do Iraque, mas ali quem afinal quebrou essas regras foram os Estados Unidos, como a falta de apoio de outros participantes do sistema central de poder demonstrou.

Decorre, então, do que a subordinação brasileira, como a dos demais países latino-americanos? Essencialmente, da superioridade ideológica do Norte, do grande discurso hegemônico, do ‘soft power’ que age sobre o inconsciente das elites brasileiras. Este poder é imenso, porque os países ricos possuem as melhores universidades, a melhor ciência, o melhor cinema, a melhor música popular, porque, enfim, esmagam os povos periféricos com sua maior cultura. Ora, em uma sociedade dos técnicos ou dos profissionais como aquela em que vivemos, onde, e cada vez mais, é o conhecimento técnico, o conhecimento organizacional e o conhecimento comunicativo que predominam, o poder dos povos ricos derivados de seu conhecimento superior é enorme – e impressiona as elites nos países periféricos.

Como na Argélia ou no Iraque, o discurso hegemônico é sempre o dos interesses mútuos e da benevolência. É um discurso que, para muitos dos cidadãos desses países, é sincero, mas que, para seus dirigentes políticos, que só serão eleitos e reeleitos se defenderem o trabalho, o capital e o conhecimento nacionais, é um discurso apenas

retórico. Um discurso que deixa sempre muito claro quem são aqueles que a ele se opõe: a esquerda atrasada, os nacionalistas perigosos, os populistas de todos os tipos, os sem-razão. Um discurso bem delineado, no qual muitos dos conselhos são corretos, embora os conselhos estratégicos sejam desastrosos. Um discurso dotado de ambigüidades que o enriquece, caracterizado por contradições internas que mostram não ser conspiratório como seria o de seus adversários. Um discurso aberto à argumentação, embora, afinal, monolítico, porque reflete interesses claros e impostergáveis dos que têm poder. Foi esse discurso que vimos em “A Batalha de Argel”; é esse o discurso sobre o Iraque; não é outro o discurso para todos os países dependentes, de desenvolvimento intermediário, como o Brasil. Um discurso de enorme força persuasória, de infinita razoabilidade, mas um discurso que não nos interessa enquanto nação. Um discurso que só aceitamos porque a razão do dominador é, ela própria, um trauma que provoca temor e reverência, e nos impede de pensar.